



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**  
1ª Procuradoria de Contas

**Ofício n.º 0051/2017/MPC/GAB/LHAS**

Vitória, 13 de março de 2017.

**A Sua Excelência o Senhor  
Max Freitas Mauro Filho**

Prefeito de Vila Velha  
Avenida Santa Leopoldina, 840, Coqueiral de Itaparica, 29102-375, Vila Velha/ES

**Senhor Prefeito,**

A par de respeitosamente cumprimentá-lo, venho por meio deste **requisitar** a Vossa Excelência, com fulcro no art. 26, inciso I, alínea “b”, da Lei nº. 8.625/93 e art. 27, § 2º, inciso I, alínea “b”, da Lei Complementar nº. 95/97 c/c art. 2º da Lei Complementar Estadual nº. 451/2008, que encaminhe, no prazo de **15 (quinze) dias**:

**1** – cópia do(s) contrato(s) celebrado(s) entre a municipalidade e a(s) empresa(s) que presta(m), serviço(s) de transporte público que ocorreu(ram) aumento na(s) tarifa(s);

**2** - Atos Oficiais de Publicação do aumento e cópias dos estudos que justificaram a elevação nas tarifas de ônibus;

**3** – Esclarecimentos sobre o aumento das passagens de ônibus;

**4.** Quantos servidores atuam no controle gerencial e fiscalizador? Especificar o vínculo de trabalho (efetivo, estável, contratado, comissionado ou DT);

**5.** Quem é o fiscal do contrato? Informar nome e CPF;

**6.** Quais são os indicadores aplicados na fiscalização do serviço? Qual a periodicidade de realização?

**7.** Como e em que periodicidade é feita a aferição de regularidade fiscal das permitentes/concessionárias? Caso haja irregularidade, qual o tratamento aplicado?



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**  
1ª Procuradoria de Contas

8. Qual o modelo adotado no cálculo da tarifa do transporte coletivo de passageiros e como é realizado? Detalhar.

9. O modelo reconhece fontes alternativas de receita? Caso positivo, como são tratados esses dados?

11. Dentro da estrutura administrativa, quais são os setores responsáveis por apurar os custos dos insumos e analisar os dados operacionais do serviço de transporte de passageiros?

12. As empresas pemitentes/concessionárias, ou seus representantes, oferecem proposta detalhada de revisão de preço de tarifa? Qual o tratamento dado a essas informações? Caso positivo, apresentar cópia da proposta da última revisão tarifária.

13. Como é feita a apuração de custos dos insumos? São feitas coletas de preços? Como é feita a atualização das tabelas de custos? Encaminhar cópia de TODAS as planilhas com as informações utilizadas na fixação da tarifa vigente, com as respectivas memórias de cálculo.

14. Como são coletadas as informações sobre os dados operacionais do permitente/concessionário (Km rodada, frota e passageiro equivalente)? Qual o critério para identificar a fidedignidade das informações? Encaminhar cópia das planilhas com TODAS as informações utilizadas na fixação da tarifa vigente, com as respectivas memórias de cálculo.

15. Como é calculado o passageiro equivalente? Encaminhar cópia da planilha e memória de cálculo.

16. Qual a formação técnico/acadêmica dos servidores responsáveis pelo tratamento dos dados do custo operacional do serviço de transporte coletivo de passageiros? Qual a sua relação de trabalho com a Administração Pública?

17. Qual a composição do conselho tarifário? Encaminhar cópia das atas das cinco últimas reuniões do conselho.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**  
1ª Procuradoria de Contas

18. Quais as informações são apresentadas ao Conselho Tarifário? Em forma sintética ou analítica?

19. A evolução da frota de ônibus por empresa e por linha desde o ano de 2004.

Sem mais para o momento, renovo protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA**  
Procurador do Ministério Público de Contas